

III Semana do Livro e da Biblioteca
leitura, literatura e diversidade
8 a 10 de Novembro

A PROBLEMÁTICA DA INCLUSÃO NO BRASIL E O CONTINGENTE DO SEU DISCURSO. CONFRONTOS

FONSECA, Divino André Martins[1]

Resumo. Este trabalho destina ao estudo das produções de sentido e efeitos existentes na língua portuguesa. Através de uma leitura crítica reflexiva do discurso da inclusão no Brasil. Espera-se que o aluno reconheça as partes semânticas da língua como edificadores de um efeito ora, irônico ora efêmero. Sendo assim, partimos de pressupostos e analogias para entendermos que a expressão portadores de necessidades especiais em nada, ou em pouco, auxiliou a vida e o cotidiano dos deficientes físicos no país..

Palavras chave: Inclusão no Brasil. Semântica da língua. Portadores de Necessidades Especiais. Língua Portuguesa

[1] divinoandredasletras@gmail.com

Sábio é o que se contenta com o espetáculo do mundo

Ricardo Reis.

Não é sempre que se tem a oportunidade de desbravar caminhos tortuosos que nos suscite o gosto pela aventura. Assim, propor uma discussão entre a força discursiva e as nuanças da inclusão no Mundo Contemporâneo é um desafio. Sobretudo se considerarmos que o discurso não conforta, aliena. E que naturalmente no contexto que seguirá não incluí, ou melhor, (des) incluí (caro leitor, explicarei o uso deste prefixo na elaboração do texto em questão.)

Neste sentido, gostaria de sugerir alguns questionamentos para que o leitor se sinta norteado a respeito do tema a ser discutido neste artigo. Por que existe um discurso de inclusão na sociedade brasileira atualmente e principalmente na escola? Por que existe uma intenção em propagar este discurso? Qual é o jogo de interesse que há na propagação deste discurso? Qual o papel da mídia na difusão deste discurso? E finalmente, por que houve uma reelaborarão do termo para designar as pessoas com algum tipo de deficiência?

Para o filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin tudo o que existe no mundo é texto. Logo o que agimos, desejamos ou pensamos pode ser materializado em forma de texto. Então quando imaginamos um texto em quaisquer esferas discursivas estamos atribuindo a esta ideia, digo, um texto, isto é, um conjunto de significado ou valores que temos enquanto sujeitos históricos e falantes de uma língua. Evidentemente que o discurso da inclusão e sua modificação para o estigma Portador de Necessidades Especiais passa por este processo.

Todavia, não se trata apenas de uma nova abordagem de cunho social e/ ou de uma nova roupagem linguística devido à Modernidade, na qual estamos inseridos. Há um jogo implícito de interesses nestes discursos, os quais levam consigo re significação ideológica. Um exemplo: no início da década de 70 até meados da década de 90, pessoas com algum tipo de tipo de deficiência eram estigmatizados (desculpe-me caro leitor, católico ou não ao léxico tão démodé e o incomodo que ele nos traz) como Mongoloides. Credo!

Assim, o que acontece é que esta palavra tão arcaica e pejorativa adquiriu uma nova roupagem para substituí-la, esta troca acarretou em um problema do ponto de vista lexical, morfológico e lógico semântico. Indago: o que seria pior referir – se ao deficiente físico generalizando – o como portador da síndrome de Dawn ou ser ele um Portador de Necessidade Especial?

Neste prisma as duas nomenclaturas são preconceituosas e defeituosas do ponto de vista linguístico. Explico: a inferência ao adjetivo mongoloide é uma alusão ao país Mongólia, situado no interior da Ásia Central entre a China e a Rússia, talvez porque, neste país predomine a opressão, guerras civis, além é claro das inúmeras submissões históricas ao povo chinês. Desse modo, caro leitor, não é difícil construir a analogia. Ser deficiente físico é ser mongoloide. Então, ser deficiente é ser impreterivelmente humilhado, maltratado, subjugado e oprimido por uma força opressora. Eu não acho e não creio, aliás, gostaria de compartilhar contigo a fúria de meu sentimento.

Agora, me atentarei à desprezível e ineficaz correção. Como vimos, o adjetivo mongoloide em nada auxiliou a história da educação inclusiva no Brasil. Todavia o termo portador quiçá tenha piorado ou disfarçado uma situação de ranço, preconceito e marginalização em relação aos deficientes físicos. Atentemos gramaticalmente ao processo de formação da palavra PORTADOR, trata-se de uma palavra aglutinada, isto é, a junção de duas palavras que se unem formando uma nova e com uma nova significação em relação às originais. Entendido? Pois bem, passemos a diante, no referido caso o léxico portador surgiu do verbo portar mais o substantivo dor, Assim suponhamos a seguinte a possível alegoria: um cidadão normal, adulto, casado, pai de família, como tantos que existem em nosso país. Um dia ao sair do trabalho é atropelado e vem a perder um de seus membros inferiores.

Então é lógico e evidente que o nosso brasileiro anônimo, embora qualquer relação com a realidade se já mera coincidência, em questão é deficiente físico. Sim ele é, mas ele não pode ser portador, digo isto porque ele não nasceu com este problema. Foi uma situação circunstancial como tantas que conhecemos em nosso cotidiano. Outra questão se existe o termo portador ou se ele é adequado, ao contexto, aqui proposto podemos inferir que os "anormais" portem desde sempre uma dificuldade. É como se eles estivessem predestinados a esse ou aquele sofrimento. Como um carma que terão de carregar. Desculpe, eu não posso compactuar e nem concordar com este discurso.

Deste modo, vemos que existe uma estratégia discursiva neste enunciado, ou seja, por trás destas palavras aparentemente tão inocentes há o que Bakhtin chamou de não dito. O não dito seria uma forma de maquiar uma verdade que esteja subentendido nas entrelinhas de um texto. Mas, é preciso ressaltar que existe um jogo de interesse que favorece esta engrenagem discursiva, Vamos a alguns deles para facilitar a compreensão do leitor. É politicamente correto, favorece a imagem do país em relação ao mundo Norte Americano e

Europeu. Além é claro da ideologia que trataremos mais tarde. Percebam que o predicativo mongoloide está vinculado ao resquício do militarismo e sua forma opressora de dominação. Ao passo que, a expressão Portadora de Necessidades Especiais mesmo que esteja ligado aos princípios democráticos não consegui diluir, nem tão poço, cicatrizar as sequelas do preconceito, ou melhor, dilacerou ainda mais chaga já aberta. Aliás, meu caro leitor estou vendendo um chevet, ano 70, preto, semi novo caso se interessem entrem em contato pelo e-mail.

Refiro-me ao exemplo anterior para justificar que linguagem e discurso caminham juntos. Existe uma ideia persuasiva no termo semi novo, bem como, há também um implicado de forças persuasivas no discurso da inclusão, ou seja, assim como somos levados a acreditar que o carro em questão é novo, acreditamos na vinculação de um discurso igualitário, mesmo que isso nos pareça duvidoso. Logo, este discurso interage e dialoga com os campos da sociologia, da integração entre os indivíduos, dos direitos humanos e porque não e até mesmo o da religião. Vejamos um aspecto dá lei e suas transformações para elucidar o nosso pensamento:

Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso. (lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, art. 05, parágrafo 6°, inciso 2°)

É curioso observar um aspecto da lei para tais pessoas serão reservadas até 20% das vagas. Então, por que na maioria dos concursos públicos inclusive nas esferas federais estes órgãos obtêm por uma cota mínima de 5%? Como pode então existir uma dialética da inclusão se, a lei (elemento primordial de um princípio democrático) é cumprida de uma forma tão negligente e tão omissa ? Neste sentido vemos um preconceito e uma discriminação velada. Incapazes de cumprir com o mínimo que garanta a dignidade e o respeito ao ser humano. Leprosos de Miguel Torga, Cegos de Guy de Maupassant.

Neste prisma gostaria de levantar outro ponto que é parte fundamental e motivadora destas palavras: enfim, vejamos o que diz a LDB:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância.

Observe que a referida lei trabalha com um princípio Iluminista e na teoria valoriza o ser humano em todos os seus aspectos: físicos, afetivos, cognitivos. Assim, podemos afirmar que a LDB propõe ao homem suporte para toda sua transformação. Entretanto, aquém destas lindas e melodiosas palavras o ensino braseiro é precário e defeituoso. Quando a lei outorga: ¨Igualdade de condições para o acesso e permanência da escola .Podemos fazer uma breve reflexão: seria isso mesmo possível considerando classes super lotadas? A política de valorização dos docentes? A infamante jornada tripla de trabalho, a qual, o professor é obrigado a se submeter para poder sustentar sua família e honrar seus compromissos com um mínimo de dignidade.

Paralelamente, outro aspecto da lei que gostaria de salientar é a participação, segundo a lei da família e a sua responsabilidade enquanto co- agentes do processo de ensino-aprendizagem, ora, se a educação é baseada em um princípio humanista, democrático entre escola e comunidade familiar. Por que muitas vezes educadores se sentem isolados mediante a um painel de indisciplina do alunado? Ou, o porquê desta indisciplina estar relacionado com o histórico familiar de cada aluno, e, sobretudo, há indiferença e negligência da mesma em relação a mesmo? Creio que a elaboração destes questionamentos nos incomoda quanto ao paradigma teoria/ pratica e impreterivelmente sobre a ineficácia da lei.

Feito o seguinte aposto que nos fora muito útil, prezado leitor, não é difícil analisar como é o processo de inclusão dos deficientes no contexto, da educação brasileira. Se considerarmos que no século XIX era proibido pelo governo português o exercício da leitura ou a consulta ao dicionário. Assim percebemos que infelizmente no Brasil não tivemos, ou não temos uma educação de massa, mas sim uma educação para as massas. Isto significa falta de uma estrutura educacional sólida e concisa. Deste modo, historicamente como poderíamos mencionar uma política inclusiva e liberdade.

Agora, vejamos o capitulo V da LDB para possíveis comparações e inferências ao conceito de ideologia e discursiva Art. 58. Entende-se por educação especial, para os

efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Evidentemente, que exista talvez, um distanciamento profundo entre o que está escrito e a praticidade e regulamentação das normas. Digo isto, porque no Brasil, na maioria das vezes os fins justificam os meios, e não são raros os casos em que planos imediatistas desencadearam em fracasso como o instinto Mobral ou alguma receita e cartilha pronta do gênero Para entender e praticar Paulo Freire.

Neste sentido, o que vemos é que o governo apenas colocou os deficientes nas escolas para dar quem sabe uma resposta à sociedade. Enfim, colocou, mas, esqueceu de incluí-lo, ou há no país em todas as escolas públicas pedagogos especializados para lidar, por exemplo, com problemas do tipo paraplegia? Não, não há. Todavia consideremos que exista, assim, para estes existem cursos regulares e efetivos para o seu aperfeiçoamento? Refiro- me a cursos voltados para a área e não simplórias especializações que garantam acesso de nível e alguns trocados no contracheque em nível estadual.

Se, esta realidade é tão dura e impiedosa, qual o interesse em mantê-la tão maquiada? Simplesmente para justificar à sociedade como ELES (os detentores do poder) se preocupam com o bem estar do nosso povo. Por trás deste discurso tão belo, está à ideologia: vendemos o nosso produto e agradamos a clientela, Mas ao percebermos cuidadosamente notamos que o discurso omite um cenário cruel de preconceito, discriminação velada a sombra da indiferença.

Logo enquanto as classes dominantes mantêm o discurso incluso embora eu prefira des (incluso) à sociedade não carece de cobrança, pois é levada a acreditar no grande empenho de sociabilizarão de quem manipula esta verdade discursiva. E Acreditamos como um dia toda a Europa temeu o Homem da Areia, mas um dia despertamos e amadurecemos e

descobrimos que Ele nunca jogara terra em nossos olhos. Enfim, como bem disse Mário Quintana a mentira é uma verdade que se esqueceu de acontecer.

Referências Bibliográficas

BAKHITIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. M. Lahud e Y.F. Vieira. São Paulo: Hucitec: 1997.

BRAIT, Breth. (org.) Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2010.

BRAIT, Breth. (org.) Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2010.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas. Trad. S.T.Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2010.